

## **Reflexões sobre a construção do texto e o funcionamento do discurso: algumas contribuições para o trabalho do revisor de textos**

Reflections on the construction of the text and the functioning of the discourse: some contributions to the work of the proofreader

Tainara Ferreira Alves<sup>1</sup>

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Pretendemos, com este artigo, apresentar conceitos que sejam relevantes para o bom desenvolvimento do trabalho do revisor de textos, bem como apontar a importância de conhecimentos que vão desde o âmbito do enunciado ao do discurso, envolvendo aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmáticos (considerações sobre a língua em uso) na realização desse ofício. Para isso, por meio de pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, retomaremos diversos trabalhos que abordam assuntos relacionados ao texto e à sua produção, às leis e máximas que regem o discurso, aos tipos de intertextualidade / transtextualidade, que são constitutivos dos diversos gêneros textuais. Em seguida, abordaremos aspectos relativos à prática da revisão, começando por conceituá-la até chegarmos à revisão de textos acadêmicos; culminaremos nosso trabalho com a apresentação e análise de pequeno *corpus* -, a fim de ilustrarmos o que foi dito, levando nosso leitor a uma melhor assimilação do que foi explanado.

Palavras-chave: Textualidade. Pragmática. Revisão textual.

### **ABSTRACT**

Our aim, with this paper, is to present relevant concepts for the proper development of the proofreader work and highlight the importance of knowledge ranging from the scope of the statement and the discourse, involving morphosyntactic, semantic and pragmatic aspects (concerning the language in use) in the proofreader's work. Therefore, through exploratory bibliographic research, we will resume several works that address issues related to the text and its production, the laws and principles governing the speech, the types of intertextuality / transtextuality, which are constitutive of the various genres. Then we discuss aspects of the proofreader's practice, starting by conceptualizing it until arriving at the review of academic texts; we will finish our paper with a presentation and analysis of a small corpus - in order to illustrate what was said, taking our reader to a better assimilation of what has been explained.

Keywords: Textuality. Pragmatics. Textual revision.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Servidora pública, concursada no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

<sup>2</sup> Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação de Revisão de Textos (juntamente com a Professora Priscila Campolina de Sá Campello); coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa, ambos do IEC PUC Minas. O presente trabalho resultou de atividade investigativa (teórico-prática) da disciplina Práticas de Revisão de Textos, do 7º período (1º semestre/2016).

## 1 INTRODUÇÃO

Entendemos que o começo de toda relação social dá-se através da comunicação humana que, por sua vez, nos remete à linguagem, a qual, segundo Benveniste (1991), não pode ser entendida como um instrumento utilizado para essa comunicação, mas sim, como uma faculdade intrínseca ao homem, sendo-lhe algo inerente.

Tendo em vista que a linguagem viabiliza a comunicação, podemos inferir que, para haver uma interação social entre os indivíduos, é necessário que haja um locutor (quem fala), um interlocutor (com quem se fala) e, ainda, um terceiro (de que/quem se fala), classificado por Benveniste (1946) como não pessoa. Desta forma, para que ocorra essa interação entre as pessoas, é necessária uma sequência de atos enunciativos. Para Benveniste, “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989, p.87), de modo que o produto da enunciação (o “dizer”) e o enunciado (o “dito”); ou, conforme Maingueneau, “enunciado se opõe a enunciação da mesma forma que o produto se opõe ao ato de produzir”. Isso equivale a dizer “emprega-se também “enunciado” para designar uma sequência verbal que forma uma unidade de comunicação completa no âmbito de um determinado gênero de discurso: um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal etc., são, desse modo, enunciados” (MAINGUENEAU, 2001, p. 56).

Para este autor, o enunciador deve considerar o contexto em que está inserido, de modo a respeitar o lugar e o momento específicos em que determinada sequência verbal é proferida, bem como o suporte que a transmite. Todavia, não podemos confundir enunciado com discurso, pois o discurso, para Bakhtin, “é a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso.” (BAKHTIN, 2008, p. 207). Ou seja, o enunciado realiza o ato de se expressar algo, seja através da linguagem oral, escrita ou gestual; já o discurso tem um caráter ideológico, representando, muitas vezes, grupos sociais que buscam defender uma causa, podendo ter aquele um tom argumentativo ou persuasivo.

Maingueneau (2001) ressalta que o discurso pode ser de cunho benevolente, neutro ou, ainda, pejorativo, dependendo de a quem ele esteja direcionado e de qual seja seu objetivo para com seu público alvo. Nesse emprego,

“discurso” é constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos: “o discurso comunista’ é tanto o conjunto de textos produzidos por comunistas, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda, igualmente qualificados como textos comunistas” (MAINGUENEAU 2001, p. 4).

Desta forma, esse termo pode, igualmente, designar qualquer uso restrito da língua: “o discurso islâmico”, “o discurso político”, “o discurso administrativo”, “o discurso polêmico”, “o discurso dos jovens” etc.

## **2 A CONSTRUÇÃO DO TEXTO E O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Muito se tem ouvido falar em gênero do discurso e gênero textual. Já havendo conceituado “discurso”, passaremos ao termo “gênero”, que entendemos como parte constituinte dos diversos domínios discursivos em que ocorrem as interações humanas, isto é, trata-se da especificação que abarca os diversos campos da atuação humana, como, por exemplo, o campo jornalístico (em que podemos ter o gênero notícia, reportagem, editorial, etc.), bem como o campo jurídico (em que se inserem leis, estatutos, contratos, regimentos, entre outros), além de outros campos ou esferas.

Para nossas discussões, consideraremos o conceito de gênero textual proposto por Marcuschi (2003):

Trata-se de textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sociocomunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizado por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. (MARCUSCHI 2003, p. 4).

Conforme Costa Val (2004), “pode-se definir texto, hoje, como qualquer produção linguística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução” (COSTA VAL 2004, p. 1). No entanto, para que se constituam textos, é crucial o atendimento a certas regras e condições de textualidade. A textualidade, “é a qualidade essencial de todos os textos, mas é também uma realização humana sempre que um

texto é textualizado, isto é, sempre que um “artefato” de marcas sonoras ou escritas é produzido ou que recebe o nome de texto” (COSTA VAL 2000, p. 19.).

Sabemos que existem algumas leis do discurso que definem regras entre enunciador e coenunciador, e fazem resguardar os direitos e deveres de cada um deles, respeitando-se o tempo e o espaço da fala de cada um. Embora sejam vistas como reguladoras da fala, as aplicações de tais regras bem cabem ao plano da construção do texto, já que este representa a materialização dos enunciados e discursos. Dentre essas regras, apontadas também por diversos autores, enfatizaremos, aqui, as máximas conversacionais de Grice, que se relacionam com as leis do discurso de Maingueneau (normas a serem empregadas para a interpretação dos enunciados, conforme os gêneros em que se realizam). Para Grice (1982), as máximas categorizam-se em:

- a) Quantidade – Lei da Informatividade e da Exaustividade – não diga mais (exaustividade) nem menos (informatividade) do que o necessário para se fazer compreender;
- b) Qualidade – Lei da Sinceridade – não diga o que seja falso ou que você não saiba ser genuíno. Em casos de atos de fala como prometer, afirmar, ordenar, desejar, entre outros, diga apenas aquilo que for possível de se realizar;
- c) Relevância – Lei da Pertinência – Diga apenas o que for relevante, de forma adequada e interessante para seu coenunciador;
- d) Modo / Maneira – Lei da Modalidade – seja claro, conciso e ordenado. Evite a ambiguidade e a obscuridade.

Desta forma, uma troca comunicativa civilizada e efetiva (seja oral ou escrita) se deixa guiar por uma série de princípios norteadores. Para Beaugrande e Dressler (1981, apud Costa Val, 2000, p.11) há três princípios reguladores / controladores da comunicação textual, que são:

- A. Eficiência: “diz respeito à sua capacidade de comunicar com o mínimo de esforço tanto do produtor quanto do receptor”.
- B. Eficácia: busca causar uma boa impressão no leitor, bem como atingir os objetivos pelos quais o texto foi produzido;
- C. Adequação: tem relação com a capacidade de adaptação do texto ao contexto em que ele está inserido, observando-se o gênero que assumirá e o suporte textual pelos quais o texto será veiculado.

Em trabalho anterior, Costa Val (1991) afirmava que um texto coerente e coeso atende a quatro requisitos: continuidade, progressão, não contradição e articulação. Sinteticamente, a continuidade trata-se da necessidade da retomada de elementos no decorrer do texto, utilizando-se, para isso, de artifícios como uma sequência lógica das ideias, artigos definidos, pronomes anafóricos, dêiticos, entre outros que viabilizam esse processo de retomada e associação entre as ideias dispostas no texto; a progressão, ao contrário da continuidade, é a necessidade da evolução semântica, fazendo com que haja uma soma de ideias ao longo do texto, de modo que ele possa ter um momento introdutório, um de desenvolvimento e, por fim, que haja uma conclusão clara, construída no desenrolar do texto.

Elementos como conectivos, modalizadores, pronomes catafóricos, demonstrativos (assim como na continuidade), fazem parte desse “avanço textual”, embora colaborem com a manutenção da conexão entre as ideias, de modo a não perder a linha pela qual o texto se desenrola; a não contradição, como o próprio nome já diz, vem da necessidade de dizermos algo e não nos contradizermos, dentro do texto, de modo a nos mantermos coerentes em nossas ideias, sem confundirmos nosso leitor. “Não pode, por exemplo, afirmar A e o contrário de A” (COSTA VAL 1991, p. 4). A coerência implica, ainda, se resguardar a realidade do mundo em que o texto está inserido, ou seja, em um discurso real, “as causas têm efeitos; os objetos têm identidade, peso e massa; dois corpos não podem ocupar, ao mesmo tempo, o mesmo lugar no espaço, etc.” (COSTA VAL 1991, p. 4).. Já no plano da coesão, devemos observar as marcações de tempo no texto e lançarmos mão de outros recursos linguísticos, além dos tempos verbais, “como os verbos modais, alguns advérbios (talvez, certamente) e os chamados verbos elocutórios (achar, aceitar, considerar, admitir, exigir, deplorar, declarar, negar, etc.)” (COSTA VAL 1991, p. 4).

A articulação, que abrange a todos os quesitos anteriores, consiste em correlacionar as ideias no texto, utilizando-se, para isso, além do plano lógico-semântico-conceitual (o plano da coerência), recursos linguísticos – como conjunções, expressões como, por exemplo, dessa forma, por outro lado, etc. –, a ordem linear de apresentação dos elementos do texto, as conjunções temporais, alguns advérbios e expressões de valor adverbial, os numerais ordinais e alguns adjetivos, como anterior, posterior, subsequente.

Ainda no que se refere à discussão sobre textualidade, Costa Val (2000) remete a Beaugrande; Dressler (1981), que estabelecem sete princípios constitutivos da textualidade, e criam a comunicação textual, que são:

- a) Coesão e coerência: ambas são fundamentais para a produção de um bom texto. A coesão define-se pela forma em que ocorre a conexão textual, ou seja, no âmbito da semântica, são os mecanismos/recursos linguísticos utilizados para correlacionarem as ideias no texto. A coerência, já no âmbito da pragmática, define-se pelo que podemos chamar de sentido do texto, tendo em vista que se trata do campo das ideias e dos conceitos, de forma a contar com um conhecimento prévio (de mundo) do leitor, para se atingir os objetivos da produção do texto;
- b) Intencionalidade e aceitabilidade: definem-se pela intenção do autor ao produzir determinado texto, isto é, o que este pretende com o texto, qual(is) objetivo(s) foi(ram) traçado(s), e, respectivamente, a aceitação do leitor ao texto, e sua cooperação na construção do sentido dele;
- c) Informatividade: segundo os autores citados por Costa Val (2000), relaciona-se com o grau de novidade, podendo ser mais ou menos informativo, conforme o conhecimento prévio do leitor a respeito do assunto abordado. Para eles, o texto deve conter um grau mediano de informação, variando entre menor e maior, de modo a levar o leitor a trabalhar essas informações ao longo do texto, podendo apoiar-se naquilo que já lhe é conhecido, a fim de atingir o que ainda não conhece;
- d) Situacionalidade: constituinte importante da textualidade, visto que todos os outros aspectos citados estão diretamente ligados à forma em que se dá a situação de produção do texto. Pode-se dizer, consoante autores como Beaugrande; Dressler, Costa Val e outros, que, em grande parte, o sentido de um texto e o seu uso são decididos com base na situação mesma de enunciação;
- e) Intertextualidade: define-se o texto como um amálgama de originalidade (criatividade do autor) e de interferências, nem sempre explícitas, de textos precedentes, que colaboraram para fundamentar o conhecimento do autor a respeito de determinado assunto. Em contrapartida, na recepção, também interferem os textos assimilados pelo leitor que, por sua vez, também já possui

uma bagagem, às vezes um conhecimento prévio sobre o assunto abordado, colaborando, assim, com a interpretação do texto lido. Por exemplo, a intertextualidade (explícita) presente neste artigo decorre dos vários textos lidos na situação de aluna ao longo do curso de Letras, selecionados e indicados pelos diversos professores (principalmente, aos textos constantes nas referências bibliográficas, os quais nos deram suporte para que este pudesse ser escrito). De igual modo, àqueles que lerem este artigo, a percepção de formas diversas de intertextualidade aqui presentes se relacionará aos textos que eles já tiverem lido / assimilado, que trataram de temas próximos ao tema aqui abordado.

Falando sobre intertextualidade, entendemos caber aqui, de forma sucinta, mencionar a transtextualidade, conforme abordada por Genette (1982 apud Koch; Bentes; Cavalcante, 2007), que consiste no diálogo entre textos, isto é, na transcendência textual ou intertextualidade. As autoras enumeram os cinco tipos de transtextualidade discutidos por Genette (1982), que são:

- a) A intertextualidade restrita, que inclui dentro de si a intertextualidade explícita e a implícita (nos termos de Koch, 1997 e 2004), que são, respectivamente, a presença efetiva de um texto em outro através da citação explícita, reconhecida pela utilização das aspas como também dos grifos em itálico ou negrito, e a alusão a discursos atribuídos a grupos sociais como dos pais, dos filhos, dos religiosos, dos políticos ou, ainda, de figuras públicas conhecidas por seus bordões;
- b) A paratextualidade e a architextualidade - para além do texto, mas nas bordas da intertextualidade: a paratextualidade é definida por aquilo que compõe o paratexto, isto é, pelas informações que o circundam, dando ao leitor como que uma prévia do que encontrará, ou, ainda, informações secundárias que não convieram ao autor abordar no corpo do texto. São paratextos: título, subtítulo, prefácio, posfácio, notas marginais, finais ou de rodapé, epígrafes e ilustrações. Já a architextualidade, ainda no campo extratextual, “se define por uma espécie de filiação do texto a outras categorias, como o tipo de discurso, o modo de enunciação, o gênero etc., em que o texto se inclui e que, por isso, o tornam único” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 11).

A arquitextualidade é o tipo de transtextualidade mais discreto, de modo que, quando aparece, é na paratextualidade, nos casos de títulos que informam o gênero textual de que o texto se trata. Exemplos de arquitextualidade: "Declaração", "Requerimento", "Ofício Circular" e, no caso dos gêneros literários, "Poema de Purificação", de Drummond; "Soneto do Amigo", de Vinícius de Moraes.

- c) A metatextualidade – denominada por Genette (1982) como a “relação crítica” entre os textos, trata dos casos em que se estabelece relação entre um texto fonte e outro texto que a ele retoma ou aborda, ou seja, texto falando de texto, como, por exemplo, um resumo, uma resenha ou uma crítica literária, feita por alguém que escreve a respeito de outro texto. Nesse tipo, podemos mencionar, novamente, o prefácio e o posfácio que, embora já citados como paratextualidade, encaixam-se, também, na metatextualidade, mostrando que os tipos de transtextualidade estão ligados entre si;
- d) A hipertextualidade e as relações de derivação: neste caso, encontramos uma relação de derivação entre textos que pode ocorrer direta ou indiretamente. Sabemos que, de forma ampla, todo texto se deriva de outro(s) texto(s), visto que não há nada a se dizer que nunca tenha sido dito antes, de alguma forma, por alguém. Contudo, a derivação aqui mencionada é no seu sentido literal, visto que se trata de algo mais direto como a paródia, por exemplo, que é um texto que só passa a existir devido a existência de outro, a alusão e a paráfrase.

### **3 O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO REVISOR DE TEXTOS**

O âmbito de atuação do revisor de textos não é outro senão “lapidar” a materialidade do próprio texto. Ao trabalhar um texto, o profissional deve considerar todos esses conceitos já explicitados, de modo a atentar-se a cada um deles no ato da revisão, tendo em vista a necessidade de adequá-lo, não somente à norma padrão da língua, corrigindo aspectos formais (ortografia, pontuação, coesão e coerência, concordância e regência verbal e nominal), como, também, observando a qual gênero discursivo pertence o material a ser trabalhado, por quem, a quem e de quem o texto fala, e com qual objetivo ele foi produzido. Não cabe ao revisor realizar uma retextualização, isto é, a transposição de um texto alocado em um determinado gênero

para outro, alterando uma ou mais respostas das perguntas base que já apresentamos, para a produção de um texto<sup>3</sup>. Por outro lado, às vezes, cabe ao revisor certo nível de reescrita<sup>4</sup> do material: em se tratando de manutenção do gênero, se esta contempla um nível mais grave de intervenção do revisor em um texto, o limite se torna bem tênue entre ser revisor / ser considerado um coautor (copidescagem) – o que pode acontecer, desde que haja uma combinação prévia entre as partes.

Jesus (1997 apud D'Andrea; Ribeiro, 2010) chama a atividade de alteração na forma (sobretudo linguística) de “higienização” do texto, no sentido de acrescentar, suprimir, substituir e deslocar palavras e/ou expressões, visando a uma melhor adequação do texto àquilo que ele se propõe. No entanto, ressaltamos que à revisão, embora também não deixe de ser uma correção, cabe uma branda intervenção no texto, de modo a colaborar com o seu autor, porém não se tornando um coautor.

Considerando todas essas ponderações, apresentaremos, agora, formas de intervenção que o revisor pode fazer em um texto, buscando mostrar que a revisão não é a única dimensão do que se chama “tratamento do texto”, embora, no senso comum, possa parecer abranger todas as outras etapas.

Dessa maneira, ao revisor, competem as adequações linguístico-textuais, considerando tanto a normatização do gênero como a observância da norma culta da língua, naquilo que for comum ao gênero do material a ser trabalhado. Por fim, vale lembrar uma última etapa, a da edição, que abrange a atividade profissional do editor, e compreende a revisão estética do texto, bem como a formatação e a diagramação, considerando, também, para essa estetização, o gênero do texto a ser editado e, ainda, assim como na revisão, preservando-se a obediência às normas técnicas, seja da ABNT, ou qualquer outra instituição reguladora dessas normas, naquilo que for específico ao gênero do texto a ser editado.

Em seu texto, Gomide e Gomide Filho (2015) sugerem outros aspectos da reescrita, por eles denominada correção, ao citar Serafini (1989), apontando que as correções seriam de tipo resolutivo (quando o revisor resolve os problemas encontrados no texto), indicativo (o revisor apenas marca os problemas) e classificatório (o revisor

---

<sup>3</sup> Afora atividades de retextualização solicitadas no ambiente escolar como forma de aprendizagem de processos de (re)escrita, a retextualização seria algo que diz respeito ao autor do texto, caso julgasse conveniente dar nova configuração ao texto criado sob determinada forma.

<sup>4</sup> Entendemos a reescrita ser atividade mais próxima da conhecida correção de textos utilizada pelos professores em sala de aula; diferentemente do que ocorre no espaço escolar, porém, o revisor não tem objetivo pedagógico, isto é, de ensinar ao autor do texto como escrever melhor.

utiliza metalinguagem para indicar os problemas). Falam também da revisão, citando Ruiz (2001) que propõe “a revisão interativa, quando o revisor dialoga com o autor, dando sugestões e discutindo aspectos do texto” (GOMIDE; GOMIDE FILHO 2015 p. 10).

Embora o revisor, propriamente dito, não seja coautor dos textos que revisa, sabemos que, no meio acadêmico, há divergências de opiniões no que diz respeito ao limite dessa coautoria, visto que determinados autores entendem a revisão como subprocesso da produção do texto, como se este, antes da revisão, ainda não estivesse pronto, acabado. Todavia, nós, bem como Hayes (1996 apud Costa; Pena; Rodrigues, 2015), defendemos que “a revisão não deve ser considerada como um subprocesso da atividade de produção de textos, mas como um processo composto, constituído de vários subprocessos e de um objetivo guiado - melhorar o texto -, que determina em que momento esses subprocessos devem ser postos em ação e em que ordem. Dito de outro modo, “a revisão é um processo que assegura várias funções, dentre as quais verificar e melhorar o produto acabado” (COSTA; PENA; RODRIGUES, 2015, p. 6).

Igualmente, acreditamos que a revisão visa à melhoria de um texto já pronto, porém, com problemas, sejam de quaisquer naturezas, a serem resolvidos, a fim de propiciar leitura mais fluida e sem atropelos; é precisamente a resolução desses problemas que cabe ao revisor, seja em menor ou maior grau. Sabemos que normalização, correção ortográfica, sintática e estrutural são aspectos formais comumente trabalhados por revisores de textos. Todavia, desmembradas essas formas de intervenção, surgem alguns questionamentos como qual seria, na esfera profissional, as divisões de tarefas e a carga de quem ficaria cada intervenção. Embora saibamos que, internamente, cada empresa se organiza como melhor lhe convém, levando em conta a quantidade de funcionários de que dispõe para a realização do trabalho e as possibilidades de arcar com os custos que o ofício acarreta, de forma geral, podemos dizer que, no que tange à revisão, nem sempre há um profissional específico (e tal trabalho pode ser feito por um *free lancer*, por exemplo):

Muito comumente, nos créditos de expediente mais acurados e nos cursos de formação oferecidos por entidades ligadas ao livro, o preparador de textos e o copidesque aparecem como atividades distintas, embora conexas, e o revisor trabalha na leitura final do material já diagramado, supostamente pronto para ser enviado à gráfica.” (SALGADO, 2007, p. 141).

E completa dizendo que “o preparador de textos ‘limpa’ o material (organiza títulos, subtítulos, notas, legendas, destaques etc.) para o copidesque poder se concentrar ‘só’

nos aspectos linguísticos (gramaticais, estruturais e formais). Quanto ao revisor, “trabalha no fechamento do texto.” (SALGADO, 2007, p. 142).

Distinguidas as atividades de cada profissional, a autora discorre sobre aquilo em que consiste cada uma delas:

Talvez preparação de textos pudesse referir tudo o que se faz para que um original vá a público, isto é, todos os ritos genéticos editoriais. Nesse caso, como uma expressão abarcante. *Revisão de textos poderia referir especificamente a re-visão de algo que, estando pronto (já foi preparado), pede ainda um olhar rigoroso, que garanta o que foi feito na preparação*” (...) A atividade de copidesque consiste na redação final de um texto com vistas à sua publicação; correção, aperfeiçoamento e adequação de um texto escrito às normas gramaticais, editoriais, etc.; ou na revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida etc. (SALGADO, 2007, p. 145. Grifo nosso.).

Outra dúvida que eventualmente possa surgir é quanto ao limite dessas intervenções e como deve ser o diálogo estabelecido entre autor e revisor: entendemos que o limite e o diálogo se relacionam entre si, tendo em vista que o diálogo estabelece o limite, guardadas às devidas proporções. A conversa entre o revisor e o autor de um texto definirá se aquele deverá intervir no que lhe couber sinalizando ou não a este que, por sua vez, poderá aceitar ou não as mudanças, ou se o revisor fará as alterações que julgar necessárias e entregará o serviço pronto ao seu cliente que em nada opinará. Ao dizermos “guardadas as devidas proporções”, referimo-nos ao fato de que, a partir do momento em que o autor de um texto contrata os serviços do revisor, está ciente de que não poderá opinar em tudo, já que ao fazer essa contratação, ele assume não ter competência técnica para revisar textos, o que o levará a confiar nos serviços prestados pelo contratado. Poderá, certamente, opinar naquilo que for facultativo, opcional, de modo que o revisor lhe sugerirá e ele aceitará ou rejeitará determinada mudança em seu texto.

#### **4 REVISÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS**

Faremos, agora, algumas considerações no que tange à revisão de textos acadêmicos, lembrando que “aos revisores profissionais cumpre saber intervir adequadamente no texto, conferindo uma leitura especializada e eficaz, que, de modo algum, limita-se à correção ortográfica e gramatical. Trata-se, nesse caso, de um conjunto de saberes a serem mobilizados” (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p. 7).

Como vimos, a esfera de trabalho do revisor difere daquilo que faz o editor, seja em grandes empresas com setores específicos, seja em espaços nos quais trabalha de forma autônoma (o que acontece com grande parte desses profissionais), seja em instituições públicas, para as quais se organizam concursos públicos de disputa acirrada. Todavia, o profissional do texto pode necessitar de um maior domínio sobre edição e diagramação, conforme seu âmbito de atuação, havendo situações em que fará uso dessas competências; de qualquer maneira, é primordial que esse profissional evidencie um bom nível de conhecimento geral (enciclopédico) e linguístico – seu bom desempenho não pode prescindir de conhecimentos pragmáticos, políticos, sociológicos, entre outros.

Como salientam Gomide e Gomide Filho, “geralmente é preciso fazer intervenções maiores, reformulando trechos, excluindo outros, com o objetivo de que o texto se torne adequado ao que preveem as práticas discursivas usualmente privilegiadas na academia” (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p. 8). Desta forma, para o exercício das referidas atividades, o revisor

precisa ter senso crítico e estético em relação à estrutura e aos usos da língua portuguesa, também às normas de padronização, à correção ortográfica e ao sentido dos textos. O revisor precisa ler, entender o conteúdo ( e, se necessário, consultar fontes apropriadas para eliminar dúvidas) e corrigir os problemas linguísticos e ortográficos ou de digitação, como letras duplicadas ou inversões indevidas; quer dizer, o revisor precisa saber como propor alterações pertinentes nos textos, cuidando para que se tomem plenamente adequados para publicação. (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p. 7)

Felizmente, hoje o revisor de textos dispõe de ótimas ferramentas de trabalho, como o pacote do Office entre outros aplicativos, além de boas gramáticas normativas, dicionários que definem palavras e expressões dos mais diversos campos de atuação da esfera social, inúmeros recursos digitais, bons manuais como o **Manual do Revisor**, de Luiz Roberto Malta (2000), e **Além da Revisão: Critérios para Revisão Textual**, de Aristides Coelho Neto (2008), consideradas obras de referência. Todo esse aporte pode conferir mais qualidade ao trabalho final.

## **5 APRESENTAÇÃO, REVISÃO E ANÁLISE DO *CORPUS***

A fim de ilustrar o que já dissemos a respeito do ofício de se revisar textos e dos conceitos que apresentamos, traremos, agora, alguns exemplos de revisões feitas por

nós. O corpus utilizado consiste em um compilado de textos acadêmicos de ex-alunas de curso pós-graduação da área de Pedagogia, peças processuais feitas por Promotores de Justiça em estágio probatório no MPMG e e-mails institucionais de colegas de trabalho, também do MPMG, cujas revisões foram feitas em menor ou maior grau, conforme julgamento da necessidade em cada caso.

Veremos, a seguir, trechos dos textos citados, juntamente com a inserção de comentários, portando suas respectivas revisões e breves contextualizações destas, a fim de situar nossos leitores, levando-os ao entendimento do por que tais intervenções couberam em determinados contextos. Os comentários (no texto original, feitos sob a forma de comentários da ferramenta de revisão do pacote Officer) aparecem após cada sentença. Começaremos do menor para o maior grau de intervenção<sup>5</sup>:

a) Grupo 1

1. “Nova certidão é acostada aos autos, registrando que não foi possível notificar o reeducando na sua residência”.

[Nota da revisora Tainara Alves: Recomenda-se a conjugação do verbo ir, também no pretérito perfeito do indicativo, assim como ocorre com a maioria dos verbos no texto “foi”.]

2. “Primeiramente, impende destacar que a Lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal adotou o Sistema Progressivo ou Inglês”.

[Erro de digitação. Sugere-se “Inicialmente”, já que, no texto, não há indicação do que estaria em segundo lugar. Quanto à pontuação, aqui, deve se utilizar travessão duplo.]

3. “O **MINISTÉRIO PÚBLICO**, por meio de seu Órgão de Execução oficiante nesta Comarca, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem, à presença de V.Exa., oferecer **DENÚNCIA** em face de”.

[Recomenda-se que, em textos oficiais, pronomes de tratamento sejam grafados por extenso e não abreviados.]

---

<sup>5</sup> Os nomes, datas, horas e locais dos trechos apontados foram alterados, para se manter em sigilo as pessoas, instituições e informações aqui envolvidas.

4. “No dia 01 de junho de 2.015, por volta das 20h25min, na Rua dos Bobos, n.º 0, Bairro São Longuinho, Município X – MG,”.

[Recomenda-se o emprego de “1º”, em vez de “01”. Empregue-se “2015”, sem o ponto ]

5. “A vítima percebeu que o denunciado trazia na cintura um volume semelhante a arma de fogo e atendeu a ordem recebida. Após receber o aparelho celular das mãos da vítima, o denunciado montou na motocicleta e saiu do local”.

[Sugere-se “que lhe fora dada”, em substituição a “recebida”, em virtude de palavra semelhante empregada logo em seguida. Deve se evitar, quando possível, a repetição do substantivo “denunciado”, substituindo pelo nome do indivíduo e subtraindo o artigo que o antecede.]

6. “A ofendida Maria das Graças acionou a Polícia Militar, que efetuou rastreamentos em companhia da mencionada vítima, e essa reconheceu o denunciado como sendo o autor do roubo”.

[Empregue-se “esta”, devido à proximidade do pronome que faz remissão ao substantivo “vítima”.]

7. “Consta ainda dos autos que durante o entrevero, a arma de fogo utilizada e 4 (quatro) munições caíram ao solo, sendo as munições recolhidas pelos militares ao realizarem a abordagem e o revólver entregue pelo proprietário do comércio ao lado, José Maria dos Santos Silva, que a recolheu”.

[Orações intercaladas devem ser marcadas por vírgula. Concordância nominal “o”.]

b) Grupo 2 : necessidade de intervenções mais intensivas.

8. “Na tarde de Hoje, dia 03.04.2016, finalizamos a análise acerca do descumprimento da Resolução 56 do CNMP. Foram identificadas quatro hipóteses no descumprimento da Resolução”.

[Uso da palavra “dia”: desnecessário, mas não proibido./ ... da inobservância do constante na Resolução de n.º 56 do CNMP”. / “para o”.]

9. “Assim, para análise deste item, utilizamos uma comparação entre relatórios extraídos em momentos distintos. Foram utilizados relatórios extraídos no dia 10.03.2016 e no dia 02.04.2016. Foi possível observar que 37 formulários foram encaminhados após o primeiro levantamento.”.

[Substituir “extraídos” por “retirados”. / evitar repetição – substituir por “sendo possível” – vírgula em vez de ponto final antes deste verbo. Inserir “dos dados” após substantivo “levantamento” – regência nominal.]

10. Boa tarde, Pedro, Dr. Roberto, Dr. Jorge, ....

[“Excelentíssimos senhores Dr. Roberto, Dr. Jorge e Pedro, (Este texto trata-se de um e-mail e, por esta razão, não é oficial, permitindo uso de pronomes de tratamento com abreviações, remetendo-nos à adequação quanto ao gênero, já mencionada por nós).]

11. Informo que na noite deste domingo, dia 12.02.2016, finalizei a atualização e inserção dos dados vindos do SRU no sistema CNMPInd do CNMP.

[Em continuidade ao texto anterior, ao retirarmos os cumprimentos do cabeçalho, teremos: “Cumprimentando-os, informo aos senhores que...”. Vírgula após “que”. 2016 – grafia incorreta. “junto ao sistema CNMPInd do Conselho Nacional do Ministério Público”.]

12. Por fim, com o empenho de todos, foi possível, este ano, em relação aos dados informados ao CNMP sobre a atuação funcional, colocará o MPMG em seu patamar real, entre os grandes MP do país.

[Neste trecho, destacamos ter havido o diálogo entre autor e revisor, de forma a serem necessárias três versões até chegarmos a um consenso: “Por fim, com o empenho de todos os envolvidos, neste ano, foi possível colocar o MPMG em seu patamar real, entre os grandes ministérios públicos do país, em se tratando das informações prestadas ao CNMP sobre a atuação funcional dos Procuradores e Promotores de Justiça”.]

- c) Grupo 3: nível de intervenções mais radicais no texto base, a fim de lhe emprestar legibilidade. Trata-se de uma atividade prática desenvolvida na disciplina, a partir de textos autênticos, produzidos por pós-graduandos.

13. "Ensinar por meio das palavras geradoras é mais significativo para o aluno, transformando o aluno em sujeito de sua aprendizagem, e o professor buscando ensinar pelo método de Paulo Freire ele vê que o aluno não irá aprender somente como se fosse um "depósito bancário" sua mente e sim, sabendo o que o aluno traz consigo e a partir daí, por meio das palavras geradoras, ocorra uma aprendizagem prazerosa e significativa."

[“Ensinar por meio das palavras geradoras é mais significativo para o aluno, pois o transforma em sujeito de sua aprendizagem. O professor, buscando ensinar pelo método de Paulo Freire, verá que o aluno não irá aprender como se a mente desse aprendiz fosse somente um “depósito bancário”, mas, também, poderá compartilhar o que traz consigo e, a partir disso, por meio das palavras geradoras, poderá ocorrer uma aprendizagem prazerosa e relevante”.]

14. "A globalização e o avanço tecnológico nos coloca "contra a parede" o tempo todo. E a modalidade EJA contempla essas necessidades, adaptar-se a era da informação, onde o alunado sente perante a sociedade essas demandas, sociais, políticas e econômicas”.

[A globalização e “O avanço tecnológico nos coloca à prova a todo momento. A modalidade EJA também compartilha dessas necessidades: é preciso adaptar-se à era da informação. O alunado sente-se cobrado perante a sociedade quanto a essas demandas, bem como às sociais, políticas e econômicas”.]

15. “(...) pois necessitamos de profissionais capacitados e diferenciados que conhecem bem o contexto sociocultural de seus alunos, que respeita as variedades dialetais faladas em sala de aula, que utiliza diferentes métodos possíveis para o ensino do sistema de escrita, que optem pelo EJA com o intuito de fazer a diferença, que dominam o método de alfabetização, necessitamos de profissionais que tenham conhecimento sobre alfabetização, que estejam atualizados, engajados a estudar, a compreender esse processo”.

[visto que necessita-se de profissionais capacitados, diferenciados e conhecedores do contexto sociocultural dos alunos. Profissionais que respeitam as variedades linguísticas faladas em sala, utilizando-se de diferentes métodos para o ensino do sistema de escrita, dominando a alfabetização e, por fim, que opte pela EJA com o intuito de fazer a diferença, mantendo-se atualizados, engajados a estudar e a compreender o processo”.]

As interferências em menor grau – Grupo 1 – couberam às peças processuais dos Membros do MPMG, tendo em vista a necessidade de se respeitar algumas questões do

Direito, no sentido de determinados itens lexicais, como “denunciado”, “acusado”, “suspeito” e “réu” – integrantes do jargão jurídico –, que, embora se repitam sucessivamente, devem ser preservados, visando à manutenção do sentido do texto e da real qualificação do indivíduo mencionado perante os trâmites da lei.

As intervenções em grau intermediário – Grupo 2 – foram realizadas nos textos contidos nos e-mails de colegas de trabalho que, neste caso específico, apresentam o diálogo entre autor e revisor já mencionado por nós, de modo a serem construídas três versões de um mesmo texto: a versão puramente do autor (ou a versão pré-revisão), a versão do autor com a intervenção do revisor (ou a versão revisada), e, por fim, a versão final, do autor, considerando as intervenções feitas pelo revisor. Nesse tipo de intervenção, vale ressaltar que, em casos específicos e de forma comedida, de modo a respeitar quem redigiu o texto e não ser mais autor do que ele, o profissional ainda pode lançar mão do conhecimento pragmático partilhado com o autor, tendo em vista que são colegas de trabalho e, por isso, o revisor pode ter um domínio maior a respeito do que trata o texto a ser revisado, tendo melhores condições de inferir o que o autor quis dizer.

Temos, por fim, o Grupo 3, em que houve intervenção de maior grau, ou seja, em que se fizeram necessárias interferências que assegurassem legibilidade e clareza – condições imprescindíveis de textualidade (como vimos com Beaugrand; Dressler, Costa Val e outros). Neste caso, retomando o texto de d'Andrea; Ribeiro (2010), pudemos ver que o revisor, mediante solicitação e consentimento do autor, praticamente o reescreve, buscando viabilizar sua compreensão, tornando-se, assim, coautor do texto.

Destacaremos, a seguir, alguns problemas de textualidade encontrados no corpus:

- a) Em [8] (Grupo 2), podemos ver, por duas vezes, o uso incorreto da pontuação, ferindo o princípio da continuidade – conforme Costa Val (1991). Substituímos o ponto final por dois pontos e depois por vírgula, visto que era necessária uma sequência coesa de ideias, encadeamento em que uma explicava a que lhe antecedia e a outra concluía um raciocínio;
- b) Em [9] (Grupo 2), faltou adequação, tendo em vista que, embora o gênero se tratasse de e-mail, o redator estava se dirigindo ao Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais e ao Promotor-Geral da mesma instituição, devendo valer-se dos pronomes de tratamentos adequados para

tais e não apenas os chamando de “Dr.”. Essa inadequação cabe também a [3] (Grupo 1), em que um Promotor de Justiça, em um texto oficial, do gênero peça processual, refere-se ao Juiz de Direito da Comarca em que atua como “V.Exa.”;

- c) No Grupo 3, deparamo-nos, em alguns casos, com a utilização da linguagem oral no texto escrito. E devido a essa escrita oralizada, questões como a coesão e a coerência textual ficam comprometidas, bem como a articulação, visto que não há uma organização adequada das ideias e, por isso, ocorre essa dificuldade em articulá-las;
- d) Os exemplos 12 e 13, principalmente, ilustram nossas colocações, fazendo com que tenhamos que nos esforçar para entender o que a redatora do texto quis dizer. Já em [15], a má-articulação das ideias ficou por conta da falta de se compilar as informações, de modo que se feriu a máxima da quantidade de Grice, numa lista sem fim, tornando a sentença muito alongada e, por isso, pecando na concordância.

Uma importante consideração a se fazer é quanto ao seguinte trecho não apontado no corpus analisado: “Fiz um comparativo com os dados lançados no ano passado, onde foram considerados apenas os extraídos do Relatório Mensal de Atividades, e constatei que (...)”, ao qual poderíamos sugerir a revisão a seguir: “Ao fazer um comparativo com os dados lançados no ano anterior, no qual foram considerados apenas os dados extraídos do Relatório Mensal de Atividades dos Membros, pôde-se constatar que (...)”.

Podemos perceber, aqui, a conjugação dos verbos na 1ª pessoa do singular, defendida por alguns autores e estudiosos mais modernos da língua, com a argumentação de que se foi o autor que teve o trabalho de pesquisar, compilar e organizar determinadas informações, de modo a torná-las um texto, por que não se referir a si mesmo na 1ª pessoa do singular (eu), enaltecendo seus feitos e valorizando seu trabalho? Se nosso texto for proveitoso, bem produzido, ele falará por nós e, se não o for, também o fará! O pensamento de que “se EU que fiz o texto, devo mencionar a mim mesmo nele, de forma a chamar a atenção do leitor para mim e para minha obra”, soa, para muitos leitores, como pretensiosa, pouco modesta e, principalmente, informal, trazendo para o pessoal uma relação que os mais tradicionais e estudiosos conservadores

da língua entendem que deva ser amistosa e minimamente objetiva - ressaltamos aqui os gêneros literários que, em muitos casos, o narrador busca, propositadamente, uma interação com o leitor, estabelecendo, para isso, uma relação de proximidade entre ambos. De toda forma, a questão sobre autoria – se se deve salientar o “eu” autor – é bastante instigante e complexa; tem sido foco de discussões acadêmicas acaloradas (a questão da identidade x (im)parcialidade), e, dada as limitações desse trabalho, não será aprofundada aqui.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Este trabalho concretiza a ideia de, na disciplina de Práticas de Revisão Textual (integrante do currículo de Letras da PUC Minas), ao lado das leituras teóricas e discussões suscitadas por elas, buscar aliar radicalmente teoria e prática. A interlocução contínua sobre aspectos linguístico-textuais os mais diversos se revelou num ir e vir nem sempre fácil (porém gratificante) da produção do texto, do envio de inúmeras versões, das revisões, negociações de sentidos e escolhas lexicais, bem como das discussões de dúvidas entre autora / aluna e coautora / professora, a fim de que a (re)escrita deste trabalho se tornasse, de fato, uma oportunidade de adentrar no universo do ofício de revisor de textos, ainda como graduanda de Letras.

Ao trazermos toda essa gama conceitual, retomando vários autores lidos ao longo do curso como também diversos outros, indicados a partir dos anseios apresentados ao longo do semestre, buscamos, com este artigo, somar esforços e oferecer modesta contribuição aos estudos da língua, principalmente no que se refere ao campo da revisão textual, apresentando um material que, embora bebendo em diversas fontes, como já citamos, propôs-se a trabalhar conceitos nem sempre facilmente compreendidos, de forma simples e acessível também aos estudantes dos períodos iniciais do curso de Letras, mas que já desejam seguir carreira de revisores de textos.

## **REFERÊNCIAS**

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 278-359.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, E.. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

CHOCIAY, Rogério. A soberania da vírgula. In: **Revista Língua Portuguesa**, n. 49, nov. 2009, texto adaptado. Disponível em >[www.revistalingua.com.br](http://www.revistalingua.com.br). Acesso em 27 jan.2010.

COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade e textualização. In: CECCANTINI, J.L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. **Pedagogia Cidadã**: cadernos de formação. Língua Portuguesa. v. 1. São Paulo: UNESP Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p. 113-128.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, J. C (org.) **Língua portuguesa em Debate**: conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Roger Vinícius; RODRIGUES, Daniella Lopes; PENA, Daniela Paula. Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística. 24 p. **Revista Língua Portuguesa**. n. 49, nov.2009. Disponível em >[www.revistalingua.com.br](http://www.revistalingua.com.br)<, acessado em 27/01/10)

D'ANDREA, Carlos F. B.; RIBEIRO, Ana Elisa. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. **Veredas on-line**, Juiz de Fora, n. 1, p. 64-74, 2010.

GARCIA NETO, Antonio. Análise do Discurso. O Discurso na Visão de Bakhtin. Perspectiva Focal. Disponível em: ><https://antoniogarcianeto.wordpress.com/2012/10/08/analise-do-discurso-o-discurso-na-visao-de-bakhtin/>. Acesso em 26 mar. 2016.

GOMIDE, Renata Marques; GOMIDE FILHO, Sérgio Roberto. Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. **Scripta**, nº 36, v.19. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

GRICE, H. P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. Fundamentos metodológicos da linguística. Pragmática Vol. IV. Campinas, 1982.

KOCH, Ingedore. Intertextualidade: outros olhares. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007. 166 p.

MAINGUENEAU, D. **Discurso, enunciado, texto**. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-57.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A questão do suporte dos gêneros textuais**. Projeto Integrado: "Fala e Escrita: Características e Usos". NELFE (Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e Escrita), Departamento de Letras da UFPE, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais. Disponível em: ><http://pt.slideshare.net/SoniaNudelman/gneros-textuais-marcuschi>. Acesso em 25 mar. 2016.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos no mercado editorial**: autoria e práticas de textualização. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.